

A EVOLUÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E DAS DESIGUALDADES URBANAS: o caso da metrópole parisiense nas últimas décadas*

Edmond Préteceille

RESUMO: Este artigo analisa a evolução da segregação social e das desigualdades urbanas na metrópole parisiense, no decorrer das últimas décadas. Apoiando-se sobre os resultados de inúmeras pesquisas desenvolvidas pelo autor, reafirma a crítica ao modelo de dualização urbana, da “cidade partida”, mostrando o caráter relativo e não-descontínuo da segregação nessa metrópole, e o fato de a tendência à bipolarização socioespacial, apesar de nela presente, não permitir caracterizar sua evolução no conjunto. Quanto aos efeitos da segregação, o artigo analisa principalmente sua significação em termos das desigualdades urbanas, vistas, sobretudo, a partir da acessibilidade residencial aos equipamentos e serviços urbanos. Desse ponto de vista, também a questão da segregação é um fenômeno bastante complexo, sendo as desigualdades urbanas apenas parcialmente cumulativas às desigualdades sociais. Concluindo, o autor questiona as supostas virtudes da “mescla social”, discutindo interpretações da segregação em termos das relações entre categorias sociais, e também a mobilidade, na qual alguns enxergariam a dissolução do problema.

PALAVRAS-CHAVE: Segregação, polarização relativa, categorias socioprofissionais, desigualdades urbanas, equipamentos e serviços urbanos.

A segregação social é uma questão que esteve no centro das políticas urbanas na França há mais de quinze anos e que parece ser objeto de consenso bastante amplo. No entanto, sua definição permanece imprecisa nos discursos das políticas. Que problemas ela designa e o que as pesquisas desenvolvidas nas ciências sociais nos ensinam sobre ela?

Se as cidades são segregadas e desiguais de longa data, como mostrou Engels e outros há um século e meio atrás, foram sobretudo as péssimas condições de moradia e de vida cotidiana que retiveram,

* Título original do artigo para o Caderno CRH: *L'évolution de la ségrégation sociale et des inégalités urbaines: le cas de la métropole parisienne*. Traduzido por Anete Brito Leal Ivo e revisto por Lícia Valladares.

por longo tempo, a atenção de filantropos, higienistas, urbanistas, sociólogos e políticos, os quais desenvolveram, pouco a pouco, a habitação social e as infra-estruturas urbanas. Novas desigualdades urbanas se explicitaram na primeira metade do século XX, com os movimentos de reivindicação dos *mal-lotis* (moradores de loteamentos periféricos mal equipados), aos quais se seguem, nos anos cinqüenta e sessenta, os protestos dos moradores de grandes conjuntos habitacionais, recentemente construídos na periferia, contra a falta de equipamentos: escolas, comércio, acesso aos transportes, equipamentos culturais e esportivos.

Mas a segregação urbana como tal, cujo estudo foi iniciado nos anos vinte pelos sociólogos da Escola de Chicago (Park *et al.*, 1925), tornou-se objetivo político, na França, só mais recentemente: em torno de 1968, movimentos sociais acusaram o processo de “renovação-deportação” pelo qual as políticas urbanas afastavam as classes populares dos bairros centrais, particularmente em Paris, para substituí-las pelas classes médias ou superiores,¹ seguindo-se a isso, a partir do início dos anos oitenta, e após os motins de *Vaux-en-Velin*,² a questão dos “bairros em dificuldades” exigiu respostas das políticas públicas, cristalizadas em torno da chamada “política da cidade”. Essas respostas buscaram, primeiramente, melhorar a situação no local, retomando lógicas anteriores de melhoria das habitações e dos equipamentos, juntando aí questões do enquadramento social, da formação e do acesso ao emprego, assim como da segurança pública, segundo dosagens variadas, acompanhando as conjunturas políticas governamentais. Mas, se nelas se juntou o diagnóstico de que a crise dos bairros resultava da concentração excessiva das populações desfavorecidas, a questão da segregação urbana, designada sobretudo por antífrase, pelo objetivo da “mescla social”,³ foi colocada abertamente a partir do início dos anos 90. Da passagem da lei de orientação sobre a cidade para

¹ Essa crítica foi teorizada por H. Lefebvre (1968). Para a análise dos efeitos segregativos da renovação urbana, ver F. Godard *et al.* (1973).

² Município da periferia de Lyon, com grandes conjuntos de habitação social.

³ Em Francês, *mixité sociale*.

a lei “solidariedade e renovação urbana”, adotaram-se vários dispositivos que visavam distribuir espacialmente as novas habitações sociais, de forma a reduzir a concentração dos locais de residência das populações desfavorecidas.

Na acepção das políticas públicas, a questão da segregação é, pois, identificada hoje essencialmente à crise dos conjuntos de habitação social da periferia, considerados como a tradução espacial da exclusão social. Esse isolamento das categorias desfavorecidas foi criticado por duas razões: pelos efeitos negativos do reagrupamento das populações pobres – superposição e acúmulo de dificuldades materiais e de socialização, com risco para os imigrantes de retorno ao comunitarismo, dificultando sua integração cidadã –, além das características urbanas negativas desses bairros – imóveis degradados, urbanismo excessivamente denso e “desumano”, enclave, insegurança.

Essa representação, amplamente dominante, é apoiada por uma parte da literatura sociológica, como é expressado no trabalho de Dubet e Lapeyronnie (1992). Mas a maior parte das pesquisas que têm sido conduzidas com base na análise empírica sistemática, há trinta anos, sobre as diferentes dimensões da segregação e das desigualdades urbanas nas cidades francesas dão uma visão diferente da estrutura e da evolução da segregação social. Quanto à análise da relação entre desigualdades sociais e diferenciação dos lugares de residência, a questão é ainda mais complexa, pois essas desigualdades são estruturadas diferentemente, segundo a vigência de práticas sociais a que estão vinculadas. Esses são os dois aspectos que abordaremos na seqüência das duas partes que estruturam este texto, especificamente sobre a metrópole parisiense, que, na França, representa o caso de maiores contrastes: nela se encontra a riqueza mais extrema e a maior pobreza, como também a maior complexidade da estrutura socioespacial. Por outro lado, nela também se observa a mais variada gama de situações de desigualdades urbanas. Por fim, na conclusão, retomaremos, brevemente, as interpretações sobre a segregação e seus efeitos.

CRESCIMENTO DA SEGREGAÇÃO, DUALIZAÇÃO DA GRANDE CIDADE?

A idéia mais difundida hoje é a de uma acentuação da segregação, da emergência de uma “cidade em dois ritmos”, marcada pela separação entre os excluídos e os outros. Essa tese da dualização da cidade, sobretudo da grande metrópole, foi desenvolvida por inúmeros autores. O modelo teórico mais elaborado, sem dúvida, foi aquele da “cidade global” (esboçado por J. Friedmann, 1982, e depois desenvolvido por S. Sassen, 1991). Enquanto numerosos modelos teóricos anteriores da sociedade pós-industrial levantavam a hipótese de uma “medianização” geral da sociedade – no sentido de uma incorporação progressiva de todas as classes na classe média –, a cidade global para S. Sassen, ao contrário, liga o crescimento da sociedade de serviços a uma dualização social crescente. Sua hipótese é a de uma bipolarização da estrutura social entre, de um lado, o pólo favorecido da “classe de serviço global”, e, de outro, um novo proletariado terciário, constituído de todas as categorias de trabalhadores pouco qualificados, mal pagos e(ou) empregados precários que constituem seus servidores, quer sejam profissionais (empregados de escritórios, compradores, etc.) quer sejam pessoais (vendedores, serventes, lavadeiras, etc.).

Em muitos casos, a tese da dualização espacial das grandes metrópoles se apóia em casos particulares de espaços que se constituem exemplos particularmente contrastantes: bairros chiques e bairros “gentrificados”⁴ de um lado, bairros centrais degradados ou grandes conjuntos de periferia fortemente afetados pelo desemprego e a pobreza, do outro. Mas esses exemplos de fortes contrastes, se bem que marcantes, não dão, no entanto, uma visão de conjunto sobre a evolução do sistema urbano, não permitindo afirmar que essa situação de oposição resulta de um processo de dualização do conjunto do sistema urbano.

⁴ Da palavra inglesa *gentrification*: processo de (re)conquista de bairros populares pelas classes médias, muitas vezes iniciado por artistas e grupos alternativos.

As abordagens que permitem ter uma melhor visão de conjunto são aquelas das tipologias de territórios, construídas a partir de dados dos recenseamentos, única fonte que permite uma descrição dos espaços urbanos ao mesmo tempo homogênea e bastante desagregada espacialmente. Nas pesquisas conduzidas na França sobre os efeitos da diferenciação socioespacial, resultantes da diferenciação dos indivíduos na atividade econômica e no mercado de trabalho, a variável freqüentemente utilizada é a da categoria socioprofissional (CS).⁶ Alguns pesquisadores obtiveram resultados ainda mais interessantes cruzando-a com outras variáveis, como setor de atividade, a exemplo do que fez N. Tabard (1993a, 1993b, 2002). Outros, como C. Rhein (1994), consideraram a estrutura das famílias, cruzando as categorias socioprofissionais dos diferentes ativos que as constituem. Após termos utilizado, num primeiro momento, para a análise da diferenciação socioespacial da metrópole parisiense, o cruzamento da categoria socioprofissional com a de sexo (Préteceille, 2000), nos demos conta da imprecisão cada vez maior que resulta, na definição das identidades socioprofissionais, do desenvolvimento rápido do desemprego e do emprego precário. Definimos, então, uma nova variável mais complexa, que separa os ativos com emprego estável (caracterizados pela sua categoria socioprofissional detalhada) dos desempregados e dos precários (caracterizados pela sua categoria socioprofissional agregada), a partir do recenseamento de 1990 (Préteceille, 2001, 2003).

O primeiro resultado a sublinhar, que se encontra em todos os trabalhos citados, é a de que a estrutura espacial das diferenças socioprofissionais é caracterizada, antes de tudo, por uma hierarquização do estatuto social dos espaços, definida pela oposição entre categorias superiores e categorias de operários, isto é, a estrutura de oposição das classes característica das cidades capitalistas desde o século XIX. Esse resultado, obtido a partir dos dados do recenseamento de 1990,

⁵ Cf. Desrosières e Thévenot, 1988.

⁶ Cf. Desrosières e Thévenot, 1988.

por N. Tabard, na sua tipologia para o conjunto do espaço da França metropolitana, dividido por municípios e bairros (Tabard, 1993a), é próxima da nossa tipologia dos municípios e bairros⁷ da metrópole parisiense (Préteceille, 2000), com algumas modulações. Encontramos o mesmo resultado para 1999, o que permite pensar que essa estrutura hierarquizada apresenta uma grande inércia histórica. A estrutura social atual do espaço urbano não poderia ser, portanto, interpretada como efeito direto das tendências mais recentes de reorganização da economia. Ela é, inevitavelmente, uma herança histórica dos efeitos dos movimentos da economia e da sociedade, no longo prazo, cristalizada tanto nas estruturas materiais do espaço construído como nas formas sociais de valorização simbólica e de apropriação. Impressiona ver a que ponto a oposição de classe herdada da sociedade industrial permanece espacialmente estruturante, enquanto a economia da metrópole parisiense é hoje amplamente dominada pelo terciário: no último censo de 1999, os operários apenas representam 18% da população ativa, contra 30% para o conjunto dos empregados pouco qualificados do setor terciário.

O segundo resultado a sublinhar é que a segregação mais acentuada, quer se considere o conjunto da França ou apenas a metrópole parisiense, não diz respeito, primeiramente, às categorias populares, mas, ao contrário, é uma característica das categorias superiores. Esse ponto é amplamente esquecido nos discursos mais difundidos, que consideram a segregação como uma característica essencialmente dos pobres.

Um terceiro resultado marcante acaba por invalidar claramente a idéia de uma divisão do espaço urbano em dois (ou três ou quatro...) sub-conjuntos opostos: as diferenças de perfis socioprofissionais entre municípios e bairros se organizam não sob a forma de uma oposição entre grupos distintos, claramente identificáveis, mas sob a forma

⁷ Usamos o recorte espacial da periferia de Paris em municípios. E o do município de Paris em 80 bairros, *quartiers*. Cada uma das 20 regiões administrativas de Paris, os *arrondissements*, é tradicionalmente dividida em quatro *quartiers*. Os municípios franceses são, em média, de tamanho bastante pequeno se comparados aos brasileiros.

de um *continuum* estruturado, onde, entre as diferentes situações extremas, encontra-se toda uma gama de situações intermediárias. Para descrever corretamente o conjunto do território francês, N. Tabard definiu 33 tipos, reagrupados em oito sub-grupos, também esses reagrupados em quatro pólos (Tabard, 1993b). Para a metrópole parisiense, nós construímos, para 1982, 22 tipos diferentes de municípios e bairros, e 18 tipos de IRIS⁸ para 1999 (Préteceille, 2000, 2003).

O quarto resultado observável, ligado ao precedente, é a afirmação do caráter relativo da segregação nas cidades francesas. Na Ile-de-France,⁹ os espaços mais polarizados são, na ordem de sua especialização social decrescente, os espaços das categorias superiores, seguidos dos espaços operários. Nos primeiros, definidos como o conjunto dos tipos em que as categorias superiores são, ao mesmo tempo, sobre-representadas e mais numerosas que as categorias médias ou as populares, encontra-se, em 1999, 28,4% da população ativa global e um pouco mais da metade (53%) dos ativos das categorias superiores. Mas esses representam neles apenas 34% à 50% do total dos ativos em cada tipo. Nesse conjunto, eles não são majoritários. Pode-se considerar, esquematicamente, que a metade das categorias superiores é residente nos espaços em que é dominante; um pouco mais de um terço das categorias superiores é residente nos espaços médios, ou seja, espaços misturados, sem uma marca dominante; e um décimo reside em espaços populares e operários.

⁸ O IRIS é um recorte espacial dos grandes municípios em bairros de em torno de 2000 habitantes, utilizado pelo INSEE (*Institut National de la Statistique et des Études Économiques*, homólogo francês do IBGE) para o censo de 1999. O interesse de usar esses IRIS é a relativa homogeneidade de tamanho, o que faz as análises estatísticas mais robustas. Por outro lado, o tamanho menor dos IRIS permite analisar diferenças internas de grandes municípios.

⁹ Uma das 22 regiões da França, divisão política e administrativa do território nacional, cada região sendo dividida em *départements* e cada *département* em municípios. A região Ile-de-France é uma aproximação razoável do território da metrópole parisiense. Ela é dividida em oito *départements*, o centro sendo o *département* de Paris, que corresponde a um só município, sendo os três *départements* do primeiro cinturão, Hauts-de-Seine, Seine-Saint-Denis e Val-de-Marne, e os três do segundo cinturão, Yvelines, Essonne, Val-d'Oise e Seine-et-Marne.

No segundo grupo de espaços mais polarizados, ou seja, os espaços populares-operários, que reagrupam os tipos nos quais os operários são claramente sobre-representados, encontra-se, em 1999, 26,4% da população ativa total e 46% dos operários, variando o seu peso de 21% à 41% do total de ativos. Os operários, então, não são majoritários nesses espaços (muito embora as classes populares, no seu conjunto, o sejam: empregados pouco qualificados do setor terciário com operários constituem de 55% a 80% da população ativa dos tipos populares-operários, ou seja, 69,5% do conjunto). Pouco mais da metade dos operários reside, então, nos espaços não tipicamente operários: 42% nos espaços médios e 12% nos espaços superiores.

Vê-se, pois, que mesmo esses grupos de espaços mais polarizados são caracterizados por uma mistura de categorias sociais, e que, reciprocamente, nenhuma categoria social pode ser assimilada a um único tipo de espaço em que ela seria dominante. Junte-se a isso que as categorias médias – as profissões intermediárias, na nomenclatura das categorias socioprofissionais – estão presentes em todos os tipos de espaços, com pesos que se distanciam pouco do seu peso médio no conjunto.

O quinto resultado observável é complementar ao precedente: não somente os espaços mais polarizados são eles próprios relativamente mesclados, mas o grupo de espaços que acolhe a parte mais significativa da população (45%) é aquele dos tipos médios, claramente menos polarizados.

Quanto à evolução da diferenciação social do espaço, a representação dominante é a de uma acentuação da segregação, por concentração das classes desfavorecidas nos bairros relegados, hoje com um componente crescente de segregação étnico-racial.

Os resultados das nossas pesquisas levam a modular essas representações. Para o período de 1982-90, não verificamos, na Ile-de-France, uma dualização no *sensu strictu*. Não encontramos uma oposição crescente entre espaços burgueses que se tornam mais burgueses

e espaços populares que se tornam mais populares, em termos absolutos. No entanto, constatou-se que, na maioria dos espaços dominados pelas categorias superiores, essa característica tinha se acentuado, enquanto a maioria dos espaços populares havia evoluído como a média ou com uma progressão inferior à média das categorias superiores. Se não ocorreu uma dualização, pode-se dizer, no entanto, que, nesse período, houve uma acentuação dos contrastes sociais, das distâncias sociais entre a maioria dos espaços superiores e uma boa parte dos espaços populares, o que se poderia resumir como uma tendência à polarização relativa. Mas nossa pesquisa mostrou que essa polarização relativa resultava, principalmente, da concentração crescente das categorias superiores nos espaços que já eram superiores.

Para o período 1990/1999, as análises estão atualmente em curso, com um recorte espacial mais aprofundado (os IRIS já citados) e variáveis mais detalhadas, distinguindo-se desempregados e precários dos ativos que têm emprego estável. Pode-se já indicar¹⁰ as duas tendências mais contrastadas de evolução socioprofissional nos espaços de residência:

- de um lado, espaços que apresentam o mais forte aumento de efetivos das categorias superiores e uma clara diminuição dos empregados pouco qualificados do setor terciário e dos operários; esses espaços são majoritariamente espaços de perfil superior, onde as categorias superiores estavam já sobre-representadas.
- do outro, espaços que apresentam uma diminuição dos efetivos das categorias superiores e das profissões intermediárias, uma diminuição superior à média dos empregados estáveis pouco qualificados do setor terciário, uma diminuição inferior à média dos operários, um crescimento superior à média dos precários e desempregados; esses espaços são, majoritariamente, espaços de perfil mais popular e operário.

¹⁰ Os resultados detalhados serão apresentados em Préteceille (2003), a ser lançado em agosto de 2003.

Encontramos, pois, a tendência do período anterior, 1982/1990, de crescimento das distâncias sociais entre os espaços mais contrastados, em razão do crescimento da concentração das categorias superiores nos espaços superiores. Observa-se, no entanto, uma tendência à bipolarização que não havia sido constatada anteriormente, com um nítido recuo das categorias superiores e médias nos espaços populares – sem que se possa dizer se esse resultado é revelador de uma nova tendência, ou se ele aparece pela mudança de escala (dos municípios aos IRIS).

Observamos, assim, que essa bipolarização é diferente do que afirmam as interpretações teóricas mais correntes. Ela é diferente do modelo da dualização da cidade global, porque, nos espaços que se tornam mais populares, o efetivo total das categorias populares recua. Ela é também diferente do modelo da “secessão das classes médias”, desenvolvido por J. Donzelot (1999) e M. C. Jaillet (1999): a “secessão” mais marcada não é a das classes médias, mas antes a das categorias superiores, e, entre essas, quase exclusivamente a dos quadros administrativos e comerciais das empresas e dos engenheiros e quadros técnicos das empresas; e, para as profissões intermediárias, é o caso sobretudo das profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas e dos técnicos e contramestres. São, pois, essencialmente as classes superiores e médias ligadas às empresas as que contribuem para a bipolarização residencial.

Enfim, essa tendência à bipolarização só afeta uma minoria de espaços. Nos espaços de tipo socioprofissional superior, 59% dos IRIS evoluíram no sentido de um reforço claro das categorias superiores e de um recuo das categorias populares, mas isso representa apenas 17% do total dos IRIS. Nos espaços de tipo popular-operário, 56% dos IRIS evoluíram no sentido de uma baixa das categorias superiores e de um reforço do peso dos precários e dos desempregados operários e trabalhadores dos serviços; mas isso representa somente 16% do total dos IRIS. Pode-se dizer, então, que um terço dos IRIS são ca-

racterísticos de um movimento de dualização. Mas dois terços do total passaram por evoluções diferentes, com um certo crescimento das misturas sociais. O cálculo dos índices de segregação vai no mesmo sentido, vez que esse índice diminuiu para a maioria das categorias socioprofissionais, entre 1990 e 1999. Nesse sentido, a tendência à bipolarização existe, mais ela é concernente apenas a uma parte minoritária dos espaços e da população, tendo a maioria dos espaços e da população passado por evoluções diferentes. A bipolarização não deve, pois, constituir-se no único, nem mesmo no principal esquema descritivo da evolução da segregação na metrópole parisiense.

No que se refere ao eventual reforço da dimensão étnico-racial da segregação, essa hipótese não se confirmou para o período 1982-90: os índices de dissimilaridade da maioria das categorias de imigrantes (única variável possível de se aproximar estatisticamente dessa questão), calculados para a metrópole parisiense a partir dos municípios e bairros como unidades básicas, diminuíram ou permaneceram estáveis. É interessante notar, particularmente, a queda dos índices de dissimilaridade dos imigrantes do Marrocos e da África sub-sahariana em relação aos franceses natos, apesar de serem aqueles dois grupos os de imigração mais recente e potencialmente os mais discriminados (Préteceille, 2001, p.57-71). Para o período 1990/1999, não foi possível até agora prolongar a análise, dado que a CNIL¹¹ tornou essas variáveis quase inacessíveis aos pesquisadores...

SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES URBANAS

Considera-se que o principal processo gerador da segregação residencial nas cidades francesas é a apropriação das melhores localizações residenciais pelas categorias superiores, a qual determina preços fundiários e imobiliários excludentes para as categorias com ren-

¹¹ CNIL: *Commission Nationale Informatique et Libertés*, órgão público que tem a responsabilidade de controlar a proteção e o acesso aos dados estatísticos para garantir a proteção dos indivíduos.

das inferiores, as quais disputam as segundas melhores localizações e assim por diante. É o princípio dessa hierarquização dos preços fundiários e imobiliários que produz, em primeira instância, a hierarquização das posições sociais dos espaços residenciais, conduzindo, ao final da cadeia, à concentração dos mais pobres nos espaços mais desvalorizados.

Esse modelo geral, entretanto, não é suficiente para dar conta da relativa complexidade das estruturas observadas, por várias razões. Primeiramente, a definição do que sejam as “melhores localizações” não é, social e culturalmente, necessariamente homogênea. Pode-se mesmo pensar que essa definição é multidimensional, e que todos os critérios não são necessariamente convergentes. Costuma-se resumir as preferências residenciais dos habitantes da metrópole parisiense, na forma de paradoxo humorístico, dizendo que “eles desejariam uma casa com jardim, dando sobre Notre-Dame”. A preços iguais, por exemplo, pode-se comparar, alternativamente, uma residência menor nas zonas centrais, densas e bem equipadas, com uma residência maior, com jardim, num ambiente calmo e verde, mas distante dos equipamentos.

Algumas habitações escapam, em parte, à lógica de mercado. São as habitações sociais (os HLM: habitações de aluguel moderado), que, devido à seleção institucional dos beneficiários, podem contribuir para a segregação em micro escala, afastando os de renda mais elevada. Mas podem também dar acesso a boas localizações às famílias mais modestas, e misturá-las, numa escala menos reduzida, a moradias de classes médias ou mesmo superiores – como é o caso, por exemplo, dos HLM situados dentro do município de Paris.

Enfim, a qualidade dos espaços residenciais não é o resultado natural e imutável da distância em relação ao centro ou da evolução histórica da cidade, mas é também efeito das políticas públicas, que podem transformar essa qualidade através da criação de infraestruturas de equipamentos e serviços.

É difícil dar uma imagem de conjunto da distribuição dos equipamentos e serviços, segundo as zonas geográficas e os tipos de espaços residenciais, dada à diversidade dos setores de equipamentos e a variedade dos equipamentos e serviços em cada setor. Isso sem contar as dificuldades metodológicas relativas tanto às fontes disponíveis¹² como aos indicadores pertinentes para comparações sistemáticas. Daremos, aqui, alguns resultados, no caso da metrópole parisiense, relativos a seis desses equipamentos e serviços: os culturais, os esportivos, as creches, os hospitalares, as profissões da saúde e as agências de correios. Não trataremos da escola e do ensino, muito embora se trate hoje de um fator estratégico dos processos de segregação, objeto de numerosos trabalhos especializados, como aquele de A. van Zanten (2001).

Para esses setores, as análises que realizamos¹³ mostram um forte vínculo entre o nível do equipamento, a centralidade urbana e a antiguidade do processo de urbanização. Em cada setor, a construção de tipologias por nível de equipamento ressalta um ou vários tipos superiormente equipados, que agregam essencialmente bairros do município de Paris; o nível seguinte mostra tipos bem equipados,¹⁴ que agregam outros bairros parisienses, municípios da periferia próxima e grandes municípios-centro de aglomerados urbanos do segundo cinturão. No domínio cultural, por exemplo, um grupo de tipos apresenta um nível excepcional para diferentes espetáculos – o cinema, os concertos; está acima da média para as bibliotecas públicas, as escolas de música e os ateliês de artes plásticas; e somente abaixo da média para as MJC.¹⁵ Esse grupo integra 61 unidades, das quais 47 são bairros

¹² A única fonte estatística homogênea para o conjunto da França é a pesquisa “Equipamentos urbanos” do INSEE.

¹³ Cf. Préteceille, 2002. Os dados datam do início dos anos 90.

¹⁴ O uso de expressões como “bem equipado” deve ser entendido aqui em termos relativos e não prejulga o nível absoluto comparado à uma norma desejável. Junte-se a isso que nossos indicadores comportam uma parte de *ratios* normadas pelo tamanho da população atendida, o que neutraliza *a priori*, em larga medida, o efeito mecânico do tamanho sobre o nível do equipamento.

¹⁵ MJC: *Maison des Jeunes et de la Culture*. Equipamento cultural público, de responsabilidade municipal, que propõe várias atividades culturais para os jovens.

parisienses. Outro exemplo é o das creches: os dois tipos superiormente equipados contam 66 unidades, das quais 45 são bairros parisienses. Um último exemplo, o das agências do correio: a tipologia separa o conjunto dos bairros do município de Paris do resto da metrópole, e os três tipos superiores reagrupam os *arrondissements* do Centro-Oeste e do Sul do município de Paris.

Na periferia, a maioria dos municípios do primeiro cinturão e os grandes municípios-centro do segundo cinturão constituem tipos razoavelmente equipados, que seguem, com a devida distância, os tipos parisienses. Esses tipos só são superiores aos bairros parisienses por alguns equipamentos em número limitado, como as bibliotecas públicas, as MJC, as salas públicas de esporte. Os municípios menos equipados são fundamentalmente os menores e mais periféricos.

Se consideramos o conjunto da metrópole, encontramos um vínculo razoavelmente nítido entre o perfil socioprofissional dos municípios ou bairros e o nível do equipamento, no sentido de uma convergência entre o nível socioprofissional superior e o bom ou muito bom nível do equipamento. Mas essa convergência está ligada, principalmente, ao peso predominante dos tipos socioprofissionais superiores no município de Paris. É, pois, a marcada tendência das categorias superiores se concentrarem relativamente em Paris, que lhes reserva, assim, em boa medida, o uso dos espaços melhor dotados, do ponto de vista dos equipamentos.

Fora do município de Paris, a relação cumulativa das desigualdades não é nada sistemática; ela é mesmo, em alguns casos, parcialmente invertida. Por exemplo, para os equipamentos culturais, os municípios dos espaços populares e operários são sobre-representados nos tipos de subúrbios bem equipados; enquanto que os municípios caracterizados como espaços de executivos de empresas são sub-representados nesses tipos de subúrbios bem equipados. De uma forma geral, as classes médias assalariadas com emprego estável estão mais presentes nos municípios pouco densos da periferia

urbana, que são, também, os municípios menos bem equipados e os mais distantes dos equipamentos.

A situação privilegiada do município de Paris, em relação à maior parte dos setores de equipamentos, não beneficia igualmente todos os bairros parisienses, mesmo se essas desigualdades internas sejam de segunda ordem, em relação à distância dos subúrbios medianos ou mal equipados. Nos diferentes itens estudados, são os bairros centrais, em geral do Centro-Sul e Centro-Oeste, os superiormente equipados, enquanto os do Nordeste são, em geral, claramente menos equipados. Em alguns casos, isso corresponde à superposição das funções urbanas, função de centro de negócios ou função de centro de serviços, num raio nacional ou mesmo internacional, que se acresce à função residencial – caso dos equipamentos culturais, ou das agências do correio, por exemplo. Mas, em outros casos, as desigualdades são fortes, ainda que a função residencial seja a única. É o caso, por exemplo, das creches, cujo *arrondissement* melhor equipado é o V^o, no *Quartier Latin*, e o menos bem equipado o XVIII, no Norte. De uma maneira geral, essas disparidades internas, no município de Paris, acumulam desigualdades sociais e desigualdades urbanas.

Essas desigualdades resultam de que dinâmicas? Para a maior parte dos setores de equipamentos estudados, a comparação com os resultados de uma pesquisa anterior, que analisou a situação no início dos anos 1970 (cf. Pinçon, Préteceille e Rendu, 1986), mostra uma progressão geral dos níveis de equipamento.¹⁶ A hipótese do “desmantelamento do *welfare state*” é, então, invalidada, ao menos nesse campo. No entanto, o estudo da evolução socioespacial mostra tendências bastante diversas, mas que não reduzem as disparidades pré-existentes.

Para os equipamentos culturais, por exemplo, o grupo dos espaços melhor equipados tem progredido um pouco em relação a cer-

¹⁶ O único setor onde nós observamos certos recuos foi aquele das práticas de saúde de exercício liberal.

tos equipamentos e regredido um pouco em relação a outros. O grupo dos municípios de subúrbios bem equipados expandiu as bibliotecas, as escolas de música e as salas de espetáculo, e é o único em que o número de salas de cinema aumentou. O grupo dos municípios com equipamento municipal reduzido foi o que mais cresceu em bibliotecas e salas de espetáculos, mas regrediu quanto aos cinemas. Enfim, o grupo dos municípios sub-equipados foi aquele que menos progrediu. Então, a distância se reduziu entre os municípios muito bem equipados e aqueles que o são apenas razoável ou mediocrementemente, mas cresceu em relação àqueles que são os mais sub-equipados.

Em relação às creches a acentuação das desigualdades é mais clara. No início dos anos setenta, os grandes municípios dos subúrbios próximos eram os melhor equipados, sendo a creche pública um equipamento típico do “socialismo municipal”. Paris era sensivelmente o município menos equipado, e o subúrbio periférico muito pouco. O equipamento de creches públicas se expandiu em quase todos os lugares, mas é em Paris, em *arrondissements* como o Vº, que ele mais se expandiu, tendo o nível médio do equipamento se tornado superior ao dos subúrbios próximos. A mais fraca progressão é observada nas zonas que eram as mais desprovidas, cujas disparidades então progrediram fortemente.

Observa-se o mesmo tipo de acentuação, com a mesma lógica de melhoria da situação nos espaços centrais e de ampliação das disparidades em relação aos espaços mais periféricos, no que diz respeito ao equipamento hospitalar.

Em resumo, no conjunto, parece ter havido a melhoria sensível ou a manutenção do nível do equipamento dos espaços mais centrais da região urbana da Ile-de-France, e uma melhoria mais frágil nos espaços mais sub-equipados, que são também os mais periféricos.¹⁷

¹⁷ Tal generalização deve ser tomada com cautela, devido à dificuldade em comparar os dados no tempo para vários outros setores de equipamentos e serviços, como esportes e transporte.

Essa evolução contrasta com a evolução demográfica, que apresentou decréscimo da população na parte central, Paris e o primeiro cinturão, e crescimento no segundo cinturão. O forte potencial do equipamento dos espaços centrais beneficia, pois, a uma população reduzida, enquanto o crescimento da população se faz nas zonas pouco equipadas, em que o nível do equipamento cresce menos.

Por outro lado, as escolhas residenciais das categorias superiores e a lógica do mercado fundiário e imobiliário, como já foi dito, tendem a lhes reservar uma parte crescente desse forte potencial dos espaços centrais, enquanto as categorias populares são cada vez mais periféricas. A progressão geral do nível do equipamento se faz, então, segundo uma lógica espacial desfavorável à lógica da redistribuição social, teoricamente atribuída aos equipamentos e serviços públicos.

Três outras dimensões das desigualdades urbanas residenciais devem, enfim, ser mencionadas. A primeira é aquela do desigual acesso aos empregos, que caracterizam as diferentes localizações. A medida dessas desigualdades, que é um problema clássico, coloca problemas metodológicos complexos. Se as zonas centrais da metrópole parisiense foram, por longo tempo, fortemente privilegiadas nesse sentido, elas o são um pouco menos agora, dada a tendência à descentralização dos lugares de emprego em direção ao primeiro cinturão e um pouco para o segundo. Elas permanecem, no entanto, em termos de infraestruturas de transporte, pois os trajetos entre subúrbios são mais difíceis e mais dependentes do uso do automóvel.

A segunda é a da mobilidade: a estrutura do espaço residencial é constantemente atravessada pelos fluxos de mobilidade residencial. Mas observa-se que esses só modificam lentamente os perfis sociais dos municípios. E se a mobilidade residencial é, para uma família, um meio de melhorar individualmente sua acessibilidade aos equipamentos e(ou) aos empregos, constata-se que essa mobilidade está hierarquizada socialmente: ela é mais fácil e mais freqüente para as categorias superiores, nas quais as rendas e os recursos sociais permitem esco-

lhas mais amplas, e mais difícil e menos freqüente para as classes populares, que estão ou constringidas pelas regras de acesso à habitação social, ou dependentes do mercado de aluguel de baixa qualidade – que tende a se reduzir –, ou são proprietárias nos segmentos menos demandados do mercado, geralmente mais distantes.

A terceira é a questão dos impostos locais. Esses criam desigualdades, pela pressão fiscal sobre os domicílios, mas, de saída, dependem fortemente da estrutura das bases fiscais.¹⁸ Um município que tem fortes bases fiscais, graças às empresas presentes em seu território e(ou) valores fundiários e imobiliários elevados, pode ter recursos importantes, exercendo baixa pressão sobre seus contribuintes. É o caso de Paris e dos municípios mais ricos, como Neuilly, enquanto um município dormitório, para obter recursos, exerce forte pressão fiscal sobre seus modestos habitantes. É verossímil que as desigualdades de riqueza e de pressão fiscal entre municípios, para as quais mostrou a amplitude para os anos oitenta e o caráter parcialmente cumulativo com as desigualdades socioespaciais (Préteceille, 1993), não se reduziram, apesar de alguns dispositivos de redistribuição entre municípios.

CONCLUSÃO: MESCLA E MOBILIDADE?

No debate político francês atual, parece que a segregação é um mal que é necessário combater, e que a mescla social é a solução a ser estimulada. Pode-se observar, entretanto, que a redução dos diferentes tipos de desigualdade urbana, determinada pela segregação, não é um elemento central do debate. A recusa da desigualdade associada à segregação permanece em geral muito abstrata, e o acento está posto, sobretudo sobre os efeitos sociais negativos da homogeneidade social dos bairros pobres. Mas quais são os efeitos negativos da ausência de mis-

¹⁸ Os dois principais impostos locais na França são: a *taxe professionnelle*, paga pelas empresas, e a *taxe d'habitation*, paga pelos habitantes, sejam eles locatários ou proprietários.

tura, e quais são os efeitos positivos esperados de uma maior mescla? A partir do artigo, hoje clássico, de Chamboredon e Lemaire (1970), a sociologia mostrou que a coexistência local de grupos diferentes não é garantia automática de harmonia e de melhor “integração social”, pois pode gerar concorrências e conflitos. Inversamente, numerosos autores mostraram, a propósito dos bairros operários, que a homogeneidade social podia favorecer solidariedades comunitárias positivas para a socialização e a sobrevivência face às dificuldades. Essa leitura, às vezes um pouco unilateral e idealizada, foi substituída pela tendência recente à demonização do comunitarismo. Lembremos, no entanto, que, se a França vivenciou uma experiência tão longa e tão rica de “socialismo municipal”, com mais de um século de municipalidades socialistas e comunistas, é exatamente porque a segregação teve esse efeito, de permitir à comunidade operária de controlar seu espaço político e de desenvolver nele políticas sociais e urbanas geralmente inovadoras em relação às suas condições de existência e suas aspirações...

Se reconhecermos essa ambivalência das situações de mescla social, assim como das situações de segregação, do ponto de vista das relações entre categorias sociais e dos benefícios para as categorias mais desprovidas, a análise morfológica das estruturas socioespaciais é só a primeira etapa. A partir de seus resultados, devem-se analisar as modalidades concretas dessas relações nos diferentes tipos de espaços, fazendo-se uso de pesquisa de campo, dentro de uma abordagem mais qualitativa.¹⁹

Outros analistas consideram a solução-milagre da mobilidade, que tornaria caduca a interrogação sobre as desigualdades residenciais. Bastaria que todos os urbanos se tornassem hiper-móveis para que os efeitos convergentes das diferenças de qualidade entre os espaços se tornassem sem importância. É esquecer que, em matéria de mobilidade cotidiana, também as desigualdades sociais são cumulativas, como

¹⁹ É o que pretendemos fazer nas próximas etapas de nossa pesquisa sobre a metrópole parisiense.

já assinalamos para a mobilidade residencial, em razão tanto das diferenças de renda (que constroem mais ou menos as despesas de transporte) como as pressões do tempo (escolhas de horários, possibilidade de se deslocar no sentido contrário aos fluxos principais). É esquecer, também, que o acesso ao bairro não garante o acesso aos equipamentos – os jovens dos subúrbios mal equipados podem tomar o RER para ir ao *Quartier Latin*, mas isso não lhes permite seguir seus estudos nos melhores liceus que nele se encontram, como *Louis-le-Grand*, *Saint-Louis* ou *Henri IV*. É esquecer, enfim, que o tempo de deslocamento pode ser proibitivo – o nível muito bom do equipamento em creches do V^o *arrondissement* jamais resolverá a ausência de creches nos municípios populares da periferia da metrópole.

A mobilidade deve, pois, ser considerada efetivamente na análise das relações entre os habitantes de um bairro e os recursos da cidade. O paradigma estritamente territorializado da comunidade local, que funda as representações da “identidade local”, da “cidadania municipal”, por exemplo, deve ser questionado na medida em que um número crescente de habitantes de um dado município do subúrbio parisiense reside nesse município mas trabalha num outro, faz suas compras num terceiro, frequenta os equipamentos de lazer de um quarto, algumas vezes escolariza seus filhos num quinto... Mas a mobilidade deve ser analisada tendo em conta as desigualdades sociais quanto aos meios materiais e culturais que pressupõe quanto ao controle do tempo necessário para a mobilidade e quanto às desigualdades sociais de recursos espacialmente disponíveis no ambiente residencial – mesmo se o espaço a considerar deva ser mais amplo que o bairro ou o município.

(Recebido para publicação em maio de 2003)

(Aceito em junho de 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAMBOREDON, Jean-Claude; LEMAIRE, Madeleine. Proximité sociale et distance spatiale. Les grands ensembles et leur peuplement. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. 11, n. 1, 1970.

- DESROSIÈRES, Alain, Thévenot, Laurent. **Les catégories socioprofessionnelles**. Paris: La Découverte, 1988.
- DONZELOT, Jacques. La nouvelle question urbaine. *Esprit* [s.l.], n. 258, p. 87-114, 1999.
- DUBET, François; LAPEYRONNIE, Didier. **Les quartiers d'exil**. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- FRIEDMANN, John, WOLFF, Goetz. World city formation: An agenda for research and action. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 6 n. 3, p. 309-334, 1982.
- GODARD, Francis; CASTELLS, Manuel; DELAYRE, Henri; DESSANE, C.; O'CALLAGHAN, C. **La rénovation urbaine à Paris: structure urbaine et logique de classe**. Paris: Mouton, 1973.
- JAILLET, Marie-Christine. Peut-on parler de sécession urbaine à propos des villes européennes? *Esprit*, [s.l.], n. 258, p. 145-167, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Editions Anthropos, 1968.
- PARK, Robert E; BURGESS, Ernest W.; MC KENZIE, Roderick. **The city. suggestions for investigation of human behavior in the urban environment**. In: L'ÉCOLE de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine. Trad.: Grafmeyer, Yves, e Isaac Joseph (Eds.). Chicago: The University of Chicago Press. 1979.
- PINÇON, Monique; PRÉTECEILLE, Edmond; RENDU, Paul. **Ségrégation urbaine. Classes sociales et équipements collectifs en région parisienne**. Paris: Anthropos, 1986.
- PRÉTECEILLE, Edmond. **Mutations urbaines et politiques locales. Ségrégation sociale et budgets locaux en Ile-de-France**. Paris: Centre de Sociologie Urbaine. 1993. v. 2, 265 p.
- PRÉTECEILLE, Edmond. **Division sociale et services urbains. Volume I: Inégalités et contrastes sociaux en Ile-de-France**. Paris: Cultures et Sociétés Urbaines, 2000. v. 1.
- PRÉTECEILLE, Edmond. **Les transformations de la ségrégation sociale en Ile-de-France 1982-90**. Paris: Cultures et Sociétés Urbaines, 2001.
- PRÉTECEILLE, Edmond. **Division sociale et services urbains. Equipements et services urbains en Ile-de-France**. Paris: Cultures et Sociétés Urbaines, 2002. v. 2.
- PRÉTECEILLE, Edmond. **La division sociale de l'espace francilien. Typologie socioprofessionnelle 1999 et transformations de l'espace résidentiel 1990-99**. Paris: Observatoire Sociologique du Changement, FNSP-CNRS, 2003.
- RHEIN, Catherine. La division sociale de l'espace parisien et son évolution (1954-1975). In: BRUN, Jacques; RHEIN, Catherine. **La ségrégation dans la ville**. Paris: L'Harmattan. 1994. p. 229-257.
- SASSEN, Saskia. **The global city. New York, London, Tokyo**. Princeton : Princeton University Press, 1991.
- TABARD, Nicole. Des quartiers pauvres aux banlieues aisées: une représentation sociale du territoire. *Economie et Statistique*. Paris, n. 270, p. 5-22, 1993a.

TABARD, Nicole. **Représentation socio-économique du territoire. Typologie des quartiers et communes selon la profession et l'activité économique de leurs habitants.** Paris: INSEE, 1993b. 203p.

TABARD, Nicole. **Représentation socio-économique du territoire. Typologie des quartiers et communes selon la profession et l'activité économique de leurs habitants. France métropolitaine, recensement de 1999.** Paris: INSEE, 2002.

VAN ZANTEN, Agnès. **L'école de la périphérie. Scolarité et ségrégation en banlieue.** Paris: Presses Universitaires de France, 2001.